



CONGRESSO DE DIREITO

06 A 08 de Novembro de 2013



ANAIS



UNIFENAS

CÂMPUS CAMPO BELO

CORPO ADMINISTRATIVO

Reitora:

Dra. Maria do Rosário Araújo Velano

Vice-Reitora:

Dra. Viviane Araújo Velano Cassis

Pró-Reitor Acadêmico:

Prof. Mário Sérgio Oliveira Swerts

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento:

Dra. Viviane Araújo Velano Cassis

Pró-Reitora Administrativo-Financeira:

Dra. Larissa Araújo Velano Dozza

Diretora de Graduação:

Profa. Marlene Leite Godoy V. de Souza

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Prof. Mário Sérgio Oliveira Swerts

Diretor de Extensão e Assuntos Comunitários:

Prof. Rogério Ramos do Prado

Diretor Financeiro:

Paulo Tadeu Barroso de Salles

Supervisora do Câmpus de Alfenas:

Profa. Marlene Leite Godoy V. de Souza

Supervisor do Câmpus de Belo Horizonte:

Prof. Fuad Haddad

Supervisor do Câmpus de Campo Belo:

Prof. Márcio Antônio Ferreira

Supervisora do Câmpus de Divinópolis:

Profa. Anadely Aparecida Silva

Supervisora do Câmpus de Poços de Caldas:

Profa. Silvia Cristina de Fernandez

Supervisora do Câmpus de Varginha:

Profa. Christiane Navarra Frogeri Pimenta

**ANAIS – VII CONGRESSO DE DIREITO
UNIFENAS – CAMPO BELO**

Comissão Organizadora

Profa. Rosyanne Silveira da Mata Furtado
Prof. Márcio Antônio Ferreira

Comissão Científica

Prof. Márcio Antônio Ferreira
Profa. Edinéia Aparecida Pereira
Prof. Nicolas Vladimir de Souza Januário
Profa. Ângela Limongi de Alvarenga Alves

APRESENTAÇÃO

O Congresso proporciona ao acadêmico uma visão contextualizada dos problemas regionais, nacionais e internacionais, propiciando um conhecimento amplo e atual do tema proposto.

O VII Congresso de Direito com o tema Direitos humanos propõe abordar as novas perspectivas desses direitos, que focam em uma visão mais integrada dos direitos econômico, social, civil, político e ambiental. Busca efetivamente difundir tais direitos, a partir das peculiaridades e especificidades, na atribuição de um enfoque multidisciplinar que trata da integralidade ou da indivisibilidade desses, dentre as novas concepções de direito. A programação propõe, ainda, um Ciclo de Debate sobre o Direito do Consumidor a fim de desmistificar as normas que tutelam as relações consumeristas e esclarecer dúvidas sobre essa temática.

PROGRAMAÇÃO

DIA 06/11/2013 (QUARTA-FEIRA)

18:30h - CREDENCIAMENTO

19:00h - ABERTURA SOLENE

19:15h - “A configuração atual da sociedade no pensamento de Jacques Ellul e os direitos humanos: considerações jurídicas”, Prof. RIVO DE PAULA ASSIS, EGRESSO DA UNIFENAS CAMPO BELO, GRADUADO EM DIREITO, ADVOGADO CRIMINALISTA E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO.

20:00h - ENTREGA DE MOÇÃO OFERECIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO BELO AO ACADÊMICO DANIEL EDSON ALVES E SILVA.

DIA 07/11/2013 (QUINTA-FEIRA)

18:00h – APRESENTAÇÃO DE PAINÉIS

19:00h - “Os 25 anos da Constituição Federal de 1988” - Desembargador Rogério Medeiros , Doutor em Direito Administrativo pela UFMG.

19:40h - Intervalo

20:00h - II CICLO DE DEBATE - DIREITO DO CONSUMIDOR

“Superendividamento” - Dr. Marcelo Barbosa - Graduado em Direito pela UFMG; Coordenador do Procon da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais; Conselheiro do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor.

20:40h - DEBATE (15 minutos)

20:55h - “Comércio Eletrônico” – Dra. Ana Carolina Caram - Advogada, Professora Universitária na PUC-Minas, Membro da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais.

21:45h - DEBATE (15 minutos)

DIA 08/11/2013 (SEXTA-FEIRA)

18:00h - APRESENTAÇÃO DE PAINÉIS

19:00h - “Judicialização de Políticas Públicas” - Ms. Guilherme Scodeler De Souza Barreiro, Professor Mestre em Administração pública pela UFLA e professor na mesma instituição.

19:40h - PALESTRA: “Processo Civil e Direitos Fundamentais.”

PALESTRANTE: Dr. Carlos Henrique Soares – Advogado, Doutor e Mestre em Direito Processo Civil, Coordenador de Pós-Graduação do IEC/PUCMinas, Professor, Membro do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, Escritor e Palestrante.

SUMÁRIO DE PÔSTERES APRESENTADOS

01	Os entraves encontrados pelo assistente social na execução dos serviços ofertados pelo sistema único de assistência social destinados à família
02	A atuação do assistente social na educação ambiental
03	Prática profissional do assistente social no Centro de referência da assistência social de Cana Verde – MG
04	A inclusão das pessoas com síndrome de Down no ensino regular
05	Judicialização da saúde e o fornecimento de medicamentos pelo Estado
06	Importância da Atuação do Assistente Social na estratégia de Saúde da Família
07	A atuação do Assistente Social frente à temática do meio ambiente
08	O Assistente Social e os múltiplos contextos de violências contra os idosos: análises a partir do CRAS de Aguanil-MG
09	O financiamento público como desafio para efetivação da universalidade da política de saúde
10	O trabalho profissional do assistente social frente aos novos arranjos familiares
11	As atribuições privativas do Assistente Social em municípios de pequeno porte: estudo de caso
12	A raça como determinante nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social
13	As mulheres e o espaço de fortalecimento da luta contra a violência doméstica
14	O Programa Bolsa Família enquanto forma de emancipação frente às contradições da atualidade
15	O assistente social e o indivíduo em situação de rua no município de pequeno porte
16	Judicialização da saúde e fornecimento de medicamentos pelo Estado
17	Inventário extrajudicial e acesso à justiça
18	Dano moral e direito de família
19	Direcionamento em editais de licitação
20	Critério de renda como condicionalidade para que as pessoas com deficiência tenham acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC
21	Delação premiada nos crimes de tráfico de drogas: uma questão de ética ou eficácia
22	A (des)criminalização do uso de drogas no Brasil
23	Guarda compartilhada e adversidades da dissolução conjugal
24	Crimes de trânsito, embriaguez ao volante: a nova política de tolerância zero no Brasil
25	Comércio eletrônico e a defesa do consumidor no direito brasileiro
26	Limites entre a tipificação dos crimes de exposição ou abandono de recém-nascido e homicídio tentado e a influência midiática
27	Aspectos controvertidos sobre a redução da maioridade penal
28	Direitos do preso em execução penal e método APAC
29	O Ministério Público e a investigação criminal

ANDRADE, Amanda Cury; PINTO, Gabriela Cristina; MORAIS, Leidiane Fátima de; JANUÁRIO, Nicolas Vladimir de Souza. **Os entraves encontrados pelo assistente social na execução dos serviços ofertados pelo sistema único de assistência social destinados à família.** [monografia de bacharelado – Curso de Serviço Social]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

O estudo realizado mediante pesquisa bibliográfica acerca da matricialidade familiar analisou se as ações de Proteção Social Básica da Política de Assistência Social são exercidas nessa perspectiva. Trata-se de um levantamento bibliográfico por meio de livros, revistas, artigos, sites, legislações, dentre outros. Foi realizada a pesquisa básica, objetivando gerar novos conhecimentos, assim como com intuito de tornar o problema claro ou construir hipóteses foi utilizada a pesquisa exploratória. Cabe ainda salientar que foi empregado o método científico que é o responsável pela transparência e pela objetividade da pesquisa, o método indutivo que responde pela generalização de algo particular e dois métodos de procedimento sendo eles o histórico que compara elementos que existem hoje com sua origem e o comparativo que consiste em confrontar elementos levantados. Mediante análises bibliográficas referenciadas, constatou-se que de fato a atual Política de Assistência Social trata individualmente os membros da família contradizendo o proposto por tal política. Diante disso enquanto pesquisador vê a necessidade de uma adaptação na referida política de assistência familiar, mas que se visualiza são ações realizadas de forma fragmentada, focalizada e seletista. Tal estudo contribuiu para ampliar a análise crítica dos pesquisadores além de apontar ferramentas para que os profissionais de Serviço Social que atuam diretamente nessa política possam criar novos instrumentos readaptando sua prática, uma vez que o trabalho com famílias é de suma importância no que se diz respeito à minimização da questão social.

Palavras chave:

família, matricialidade familiar, Política Nacional da Assistência Social.

LOPES, Ana Cristina Melo; CASTRO, Taís Belchior de; PEREIRA, Edinéia Aparecida (orientadora); JANUÁRIO, Nicolas Vladimir de Souza. **A atuação do assistente social na educação ambiental.** [monografia de bacharelado – Curso de Serviço Social]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

O tema deste estudo é a abordagem sobre meio ambiente e preservação ambiental desenvolvida por Assistentes Sociais no Brasil. As estratégias de enfrentamento da problemática ambiental, para surtirem o efeito desejável na construção de sociedades sustentáveis, envolvem uma articulação coordenada entre todos os tipos de intervenção ambiental direta, incluindo neste contexto as ações em educação ambiental. O objetivo principal foi relatar as contribuições dos Assistentes Sociais nas questões relacionadas ao meio ambiente como resultado de atuação e a prática interventiva. Para desenvolver este estudo buscaram-se conceitos e definições a serem abordadas por meio da literatura, como atuação em equipe e a atuação do assistente social na educação ambiental. Foi necessário definir o trabalho do assistente social na atualidade, compreendido como uma profissão que tem uma função social, inserida na divisão social do trabalho, de caráter sócio-político, interventivo e crítico. Os Assistentes Sociais atuam de maneira efetiva na educação brasileira tornando fundamental a política educacional e especialmente a proposta pedagógica que é inserida na escola referente à realidade social dos alunos e o processo de ensino e aprendizagem. Questões sociais complexas como, por exemplo, baixos índices de desenvolvimento, pobreza e a falta saneamento básico, foram indiscutivelmente, observados na durante a pesquisa, e destas análises, e percebeu-se a influência que estas repercutem na vida do indivíduo quanto estudante. Assim, o profissional do Serviço Social precisa estar atento e ser cada vez mais atuante, não podendo se acomodar frente às demandas que lhes são impostas. É necessário que mais reflexões sejam feitas sobre a profissão, visando capacitação e a atualização constante.

Palavras-chave:

Educação. Interdisciplinaridade. Meio Ambiente.

ADILSON, Adriele Cristina.; PROCOPIO, Carla Cristina de P.; MORAIS, Leidiane Fátima de; JANUÁRIO, Nicolas Vladimir de Souza. **Prática profissional do assistente social no Centro de referência da assistência social de Cana Verde – MG.** [monografia de bacharelado – Curso de Serviço Social]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

Na atual conjuntura o profissional de Serviço Social tem como o seu maior empregador o Estado, sendo assim se faz necessário buscar compreender as suas condições, instrumentais e métodos de trabalho utilizados no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, sendo este considerado a porta de entrada da proteção social básica. Partindo-se dessa premissa analisou a atuação do assistente social no CRAS de Cana Verde-MG, por meio do que dizem os autores da área, para que seja possível saber qual é a sua real situação vivenciada pelo profissional. A pesquisa tem como objetivo analisar a prática do assistente social no CRAS de Cana Verde frente à política nacional de assistência social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, mediante entrevista semi-estruturada com questões abertas direcionadas para a assistente social do CRAS de Cana Verde – MG. A pesquisa analisou dados importantes e constatou de maneira positiva e efetiva a relação direta entre o profissional e o Cód. de Ética, no que diz respeito as regras básicas do assistente social.

Palavras-chave:

Proteção Social Básica; CRAS; Assistente Social.

LIMA, Daniela Barbosa; SILVA, Mirian Cardoso RIBEIRO, Jeovana Nunes (orientadora); JANUÁRIO, Nicolas Vladimir de Souza. **A inclusão das pessoas com síndrome de Down no ensino regular.** Orientadora: Jeovana Nunes Ribeiro. [monografia de bacharelado – Curso de Serviço Social]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

A Síndrome de Down (SD) é uma alteração genética caracterizada pela existência de um cromossomo adicional no par 21, é hoje uma das síndromes mais conhecidas e divulgadas. Mesmo com tantas informações ainda há quem desconheça a S.D, quanto ao conhecimento e a aceitação, a sociedade encontra-se dividida em dois grupos: os que conhecem, aceitam e procuram melhorar a vida das pessoas com esta Síndrome, tratando-as de forma natural visando somente à pessoa com Síndrome; o outro grupo diz respeito às pessoas que não conhecem, não aceitam e não buscam conhecimentos e informações a respeito. Devido à Constituição Federal assegurar a todos os cidadãos, sem distinção de raça, credo e cor, o direito à educação, inclusive às pessoas com deficiências, neste caso, tratado neste trabalho a SD, percebe-se o quanto tem se incluído no ensino Regular um grande número de alunos com SD. Mesmo assim, não significa que todos recebam a educação e o atendimento adequados às suas necessidades, ou que sejam bem recebidos nas instituições de ensino. Isto talvez ocorra pelo despreparo dos profissionais da educação, ou mesmo da estrutura física dos estabelecimentos de ensino sem as devidas acessibilidades e inclusive a falta de uma equipe multidisciplinar (Psicólogos, Terapeuta Ocupacional, Psiquiatra, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogos, e Psicopedagogos), que acompanhem esse aluno com SD, e oriente os profissionais da educação. É de suma importância que as pessoas com a síndrome sejam incluídas não por uma garantia legal, mas por questão de responsabilidade à pessoa humana que, dentro de suas possibilidades são capazes de demonstrar afeto, aprender e interagir com a as demais pessoas. A pesquisa além de ter trazido o conhecimento mais aprofundado sobre o tema proposto, tem como objetivo maior promover paulatinamente o conhecimento às famílias, aos profissionais da educação e a sociedade como num todo do que é realmente SD, como lidar com ela, e acabar com os tabus e preconceitos em relação às pessoas com SD, como seres incapazes e improdutíveis.

Palavras-Chave:

Síndrome de Down, Inclusão, Educação

OLIVEIRA, Dayanne Aparecida, CARVALHO, Sirley Aparecida; Miranda, CAMBRAIA, Cristiane Rodrigues (Orientadora). JANUÁRIO, Nicolas Vladimir de Souza. **Importância da Atuação do Assistente Social na estratégia de Saúde da Família.**[monografia de bacharelado – Curso de Serviço Social]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

A presente pesquisa pretende explicar sobre a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a importância da atuação do Assistente social na mesma. Perpassará pela história da Saúde, destacando alguns períodos que demarcaram a construção de um projeto universalista, discorrer-se-á sobre a concepção ampliada de saúde, ressaltando a importância do acesso aos condicionantes sociais e inter-relacionará a necessidade da atuação do assistente social enquanto profissional da saúde e especificamente na Estratégia Saúde da Família. A pesquisa teve como objetivo refletir sobre importância do Assistente Social dentro da Estratégia de Saúde da Família, analisando suas contribuições, por meio de uma revisão bibliográfica. Os estudos sinalizam o quanto é importante à atuação do Assistente Social na estratégia de Saúde da Família, junto à equipe. Conclui-se, portanto, o quanto é relevante à atuação do profissional de serviço Social na estratégia de Saúde da Família, pois somente este profissional tem um olhar para o Social.

Palavras-chave:

Saúde, Assistente Social, Inter-relação entre as profissões.

LEITE, Daianny Graziela B; PEREIRA, Fábio Cardodo. MORAIS, Leidiane de Fátima. JANUÁRIO, Nicolas Vladimir de Souza. **A atuação do Assistente Social frente à temática do meio ambiente.** [monografia de bacharelado – Curso de Serviço Social]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

O presente trabalho de conclusão de curso mostra um dos problemas enfrentados pela sociedade: o meio ambiente. A questão ambiental é vista como uma das expressões da questão social, devido aos danos causados à natureza que tem caráter de cunho ambiental e social. Por isso a escolha do tema “A atuação do Assistente Social frente à temática do meio ambiente”. O objetivo geral do referido trabalho foi investigar a atuação do Assistente social frente à questão ambiental, por meio de uma visão crítica e relativa à realidade, buscando fazer uma análise sobre a atuação do Assistente Social na temática, se o profissional desempenha uma ação significativa voltada ao meio ambiente ou se esse não faz parte do campo de atuação do profissional. Os objetivos específicos foram: contextualizar as diversas expressões da questão social; caracterizar o conceito de meio ambiente na contemporaneidade e descrever a atuação do assistente social frente às diversas expressões da questão social, com foco no meio ambiente. A metodologia aplicada buscou abranger artigos de periódicos, dissertações, teses, livros, capítulos de livros, que contribuíram de forma significativa para a realização deste trabalho que possibilitasse uma temática que colaborasse no enfrentamento da questão social. Conclui-se, com a finalização deste estudo que o Assistente Social desempenha uma ação significativa voltada ao meio ambiente, uma vez que este possui arcabouço teórico e prático para desenvolver ações que visem promover uma melhor condição de vida e coordenar propostas e iniciativas que propiciarão uma real mudança e uma sensibilização do uso adequado dos recursos naturais, contribuindo assim para uma amenização da questão ambiental. O Serviço Social não solucionará todos os problemas da sociedade, resultados estes que podendo ser melhor atingidos quando da inter e multidisciplinaridade.

Palavras-chave:

Serviço Social, Questão Social, Meio Ambiente.

FERREIRA, Jackeline Souza; LAMOUNIER, Luiza Duque; ALVES, Angela Limongi Alvarenga. **O Assistente Social e os múltiplos contextos de violências contra os idosos: análises a partir do CRAS de Aguanil-MG.** [monografia de bacharelado – Curso de Serviço Social]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

O presente trabalho analisou o processo de envelhecimento na vida do idoso, atuação da família frente à problemática, os tipos de violência que o acometem e como o profissional Assistente Social atua na garantia de direitos ao idoso. Pretendeu ainda analisar a atuação do Assistente Social frente a prevenção das agressões contra idosos; entender o processo de envelhecimento contemporâneo, compreender as formas de violências cometidas contra os idosos na comunidade de Aguanil-MG, descrever como o Assistente Social pode melhorar as condições de vida dos idosos e o papel da família na prevenção da violência, analisar o atendimento do Serviço Social aos idosos violentados no CRAS de Aguanil/MG. A presente pesquisa tratou-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com orientação analítico-descritiva, mediante entrevistas semiestruturadas com questões em aberto, iniciado após assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido devidamente assinado pelos entrevistados. A pesquisa foi realizada no Centro de Referência da Assistência Social da cidade de Aguanil, localizado em uma área vulnerável. Observou-se, por meio do questionário que, o Assistente Social é de extrema importância na prevenção de violências cometidas aos idosos, atuando por meio de orientações, intervenções e na busca de direitos. O Assistente Social atende as demandas, tomando as decisões e acionando as autoridades competentes para cada caso, melhorando assim a concretização dos direitos dos idosos e automaticamente impedindo a violação destes direitos. Cabe ressaltar que ainda se vê ao longe a erradicação deste tipo de situação já que se tem uma política ainda oferecida com poucos profissionais atuantes.

Palavras-chave:

Envelhecimento; Prevenção da violência; Serviço Social e Direitos Humanos

SOUSA, Joana Joyce; MATA, Rosana Rodrigues da; CAMBRAIA, Cristiane Rodrigues. **O financiamento público como desafio para efetivação da universalidade da política de saúde.** [monografia de bacharelado – Curso de Serviço Social]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

Pode-se destacar que os recursos advindos do Orçamento da Seguridade Social para o Financiamento Público da Saúde no Brasil, não possibilitam a efetivação de políticas de Saúde que sejam universais e capazes de contemplar o conceito ampliado de saúde defendido pela Reforma Sanitária e previsto na Constituição Federal de 1988, sendo assim, a pesquisa baseia-se, designadamente sobre a forma de execução do financiamento da Saúde no Brasil, na perspectiva de analisar a sua relação com a não concretização do Sistema Único de Saúde SUS. A pesquisa teve por objetivo analisar a proposta de Financiamento Público da Seguridade Social focado na Saúde, sua efetividade e possível relação com os problemas enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil desde o seu implemento. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica de natureza básica, pois envolve verdades e interesses universais, com caráter exploratório usando como meios de investigação, a pesquisa telematizada e documental. Efetuou-se uma busca sistematizada abrangendo artigos, dissertações, teses, livros e capítulos de livros. A pesquisa sinalizou que a política implantada pelo Neoliberalismo, levou ao desmonte de direitos sociais conquistados na Constituição de 1988, dentre eles a universalidade da Saúde, na perspectiva de favorecer a economia de mercado. Deste modo, no Brasil, a má gestão do financiamento da Seguridade Social, especificamente na política de saúde, favorece empresas de saúde privada e utiliza brechas na lei para o desvio de recursos destinados à obtenção de superávits primários na economia, o que ocasiona a intensa precarização dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde em detrimento de seus princípios fundamentais.

Palavras-chave:

Seguridade Social; Saúde Pública; Financiamento do SUS.

PEREIRA, Kamila Letícia. PEREIRA, Edinéia Aparecida. **O trabalho profissional do assistente social frente aos novos arranjos familiares.** [monografia de bacharelado – Curso de Serviço Social]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

Pode-se constatar que a família é uma das instituições sociais mais importantes existentes na sociedade, tanto para sua manutenção, como para sua transformação. Contextualizar essa temática é de fundamental importância, uma vez que estas são objetos de estudos dos assistentes sociais. Partindo dessa perspectiva analítica, o presente estudo almeja propor uma breve reflexão, acerca das transformações da família, tanto quanto, analisar o fazer profissional do assistente social frente a essa realidade posta, avaliando se o mesmo está apto a responder a estas novas demandas. O objetivo geral deste trabalho é compreender a atuação profissional do Assistente Social frente aos novos arranjos familiares. O instrumento de estudo utilizado foi a pesquisa exploratória bibliográfica, com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. A realização de levantamento bibliográfico permitiu, por meio de um amplo campo de consulta, abordar vários ângulos sobre o tema “família”, além de possibilitar vislumbrar argumentos de diferentes autores que estudam e refletem sobre o assunto, contribuindo assim, para os estudos e desenvolvimento deste trabalho.

Palavra-chave:

Serviço Social, Novos arranjos familiares, Atuação Profissional.

RESENDE, Luís Hamon Fernandes; RIBEIRO, Jeovana Nunes (Orientadora); JANUÁRIO, Nicolas Vladimir de Souza. **As atribuições privativas do Assistente Social em municípios de pequeno porte: estudo de caso.** [monografia de bacharelado – Curso de Serviço Social]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

A abordagem sobre as atribuições privativas do Assistente Social se concernem entre uma relação tênue entre o conceito teórico-metodológico, a *práxis* investigativa dentro do universo das políticas sociais públicas vigentes e as normativas institucionais que afetam diretamente o sentido profissional em municípios de pequeno porte. O objetivo desta pesquisa foi analisar as atribuições privativas dos Assistentes Sociais em municípios de Pequeno Porte I, no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com orientação analítico-descritiva, mediante entrevistas semiestruturadas com questões em aberto, iniciada após prévia aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa e consentimento esclarecido oral dos entrevistados. Os sujeitos foram os Assistentes Sociais do Centro de Referência em Assistência Social do município de São Francisco de Paula – Minas Gerais. A interpretação do material coletado seguiu os ensinamentos da “análise de conteúdo”. A pesquisa fora essencial para corroborar e justificar os avanços conquistados pela categoria ao longo das gerações, como a relação intrínseca entre as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa - na relação teoria-prática no espaço sócio-ocupacional presente – além de uma visão holística, micro e macroscópica, da sociedade compreendida pelo assistente social no posicionamento da equidade e justiça social com movimentos de outras categorias profissionais e na luta geral dos(as) trabalhadores(as) por uma nova ordem societária, onde as riquezas socialmente produzidas, sejam melhor distribuídas, como bem reitera o Código de Ética Profissional de 1993. Por fim, a junção da pesquisa de campo com a revisão de literatura, foi essencial para permear um panorama de muitos avanços conquistados: da saída de uma perspectiva positivista para uma visão crítico-dialética; de um aprimoramento legal-normativo para endossar as ações profissionais, contudo, localiza-se em municípios de pequeno porte ainda fortes tradições hierárquicas aliadas a insegurança do trabalho, que afeta não somente ao assistente social, mas a todos os trabalhadores contemporâneos, usuários do próprio serviço oferecido na estrutura-mor de todo esse complexo sistema.

Palavras-Chaves:

Serviço Social; municípios de pequeno porte; assistência social e atribuições privativas.

GOMES, Michele Lúcia F.; RIBEIRO, Naiara Alves; CAMBRAIA, Cristiane Rodrigues (Orientadora); JANUÁRIO, Nicolas Vladimir de Souza. **A raça como determinante nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social.** [monografia de bacharelado – Curso de Serviço Social]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

A Revisão Bibliográfica desenvolveu-se mediante a todo processo histórico da população negra no cenário social do país, por meio de uma pesquisa sistemática abrangendo artigos periódicos, livros, dissertação, teses que trouxeram a contextualização da escravidão, sendo mais que um sistema econômico, uma vez que a partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, gerando assim uma hierarquização de cores. Sendo assim, seria indispensável conhecer as causas decorrentes de toda desigualdade racial e a ausência de políticas públicas específicas e eficientes capazes de dar respostas plausíveis as desigualdades engendradas na sociedade contemporânea. Assim a pesquisa objetivou analisar a relevância das políticas públicas em detrimento à população negra, preconizando a herança histórica e seus aspectos de desigualdades societárias. Diante a todo contexto de mudanças advindas do pós-abolição a discriminação e o preconceito racial não são mantidos intactos, mas, adquirem novos significados e funções dentro das novas estruturas, representando a cor um obstáculo a ascensão social. Desta forma, as relações de poder e dominação se mostram não somente pela subordinação econômica de um grupo a outro, mas também por uma relativa subordinação cultural. No entanto, diante do enfrentamento das mazelas sociais, nas experiências e práticas históricas sobre o conceito raça, buscam-se gerar reflexões sobre as questões raciais presentes nas relações cotidianas da sociedade atual. Porém, é notório que existe uma dificuldade na análise da discriminação, que não atua de forma isolada, mas em conjunto com mecanismos de produção e reprodução da pobreza. Contudo, se encontram limitadas as condições de melhor qualidade de vida e oportunidades para a população negra, tendo em vista a naturalização das desigualdades sociais. Neste sentido o profissional do serviço social deve se ancorar no projeto ético político da profissão, tendo como um de seus princípios fundamentais a questão da diversidade e das diferenças, que se refere ao empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças e constituindo por meio de políticas públicas a intervenção do Estado, impulsionando a integração e a ampliação para a efetivação da igualdade racial.

Palavras-chave:

Preconceito racial; Desigualdades sociais; Políticas Públicas de Igualdade Racial.

SANTOS, Paulicéia Lázara dos; RIBEIRO, Jeovana Nunes (Orientadora). **As mulheres e o espaço de fortalecimento da luta contra a violência doméstica.** [monografia de bacharelado – Curso de Serviço Social]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013

Apesar dos avanços e conquistas alcançadas com a luta das mulheres em busca de direitos iguais, a violência doméstica ainda é considerada uma questão de difícil resolução. Sua visibilidade não se positiva nas diversas áreas e, apesar das leis que garantem proteção, muitas mulheres ainda, suportam situações de violência em silêncio. A pesquisa teve como objetivo compreender os motivos que levam uma pessoa, vítima de violência doméstica, a se silenciar, analisando os meios que, possivelmente, levariam a um encorajamento de denúncias. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica e forma qualitativa, baseada em textos bibliográficos, como livros, revistas, artigos e monografias, com bases maiores na lei Maria da Penha. Embora tenham sido conquistados diversos direitos pelas mulheres, casos de violência doméstica ainda se encontram infiltrados em nosso cotidiano. Os serviços destinados a esse tipo de ação são desigualmente distribuídos e a divulgação de direitos feita de forma escassa. Isso, aliado a falta de ligação em rede, leva a uma aceleração desses acontecimentos, trazendo uma maior vulnerabilidade às vítimas. Pode ser constatado ao fim da pesquisa, que as medidas sugeridas para a erradicação da violência doméstica relacionam-se à implantação de políticas voltadas a esse assunto, trazendo a definição e divulgação das leis e direitos destinados às mulheres, bem como a implantação de novas unidades de atendimento especializado e sua interlocução com outros serviços.

Palavras-chave:

Violência doméstica, Direitos da Mulher, Desigualdade de gênero.

MOREIRA, Thamyris Cosme Pimenta Mendes; PAULA, Valéria Aparecida de; RIBIERO, Jeovana Nunes (Orientadora). **O Programa Bolsa Família enquanto forma de emancipação frente às contradições da atualidade.** [monografia de bacharelado – Curso de Serviço Social]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

Observa-se nas últimas décadas um constante aumento no Brasil, das expressões da questão social. O que acaba dificultado o acesso de muitos brasileiros a serviços básicos e com qualidade previstos na Constituição de 1988. O Estado como forma de enfrentamento tem procurado a implementação de políticas e programas sociais que visem modificar este quadro de pobreza exacerbante que o país está vivenciando. A título de exemplo tem-se o Programa Bolsa Família, que é um programa de transferência de renda, criado em 2004, com o intuito de minimizar a miséria com a transferência de renda direta as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o qual é o foco do presente trabalho. Este se deu pela inquietação provocada por conhecer os limites postos por esta Política Pública de Transferência de Renda. Sendo assim, este projeto possibilitará uma melhor clareza do assunto. Como objetivo este estudo visou identificar de que forma o Programa Bolsa Família contribui para a melhoria e promoção na qualidade de vida de seus beneficiários do município de Campo Belo/MG. Para isto foi realizado uma pesquisa com base na pesquisa quantitativa onde foi aplicado um questionário estruturado ao entrevistado. Após a análise dos dados pode-se constatar que os beneficiários, em sua maioria, estão satisfeitos com o programa e este tem causado impactos significativos na vida dos mesmos.

Descritores:

Programa Bolsa Família; Redução da Pobreza; Transferência de Renda.

MATTAR, Viviane Ferreira; PEREIRA, Edinéia Aparecida (Orientadora). **O assistente social e o indivíduo em situação de rua no município de pequeno porte.** [monografia de bacharelado – Curso de Serviço Social]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

A presente pesquisa terá por finalidade mostrar quais são os fatores que levaram o indivíduo a estar em situação de rua e qual a atuação do profissional de Serviço Social diante desta situação e ainda identificar os fatores que levaram o indivíduo a estar em situação de rua, descrever o perfil dos usuários, identificar os pontos positivos e negativos de morar na rua na percepção desta população e descrever as atribuições do profissional do Serviço Social diante a esta problemática. Trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, na qual foi realizada uma entrevista com roteiro, confeccionada pela pesquisadora. Foram entrevistados três moradores de rua. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas e categorizadas para sua análise. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Pôde ser constatado nesta pesquisa, que os motivos reais que levaram os indivíduos a viverem nas ruas foram as decepções amorosas e o rompimento de vínculos familiares. É necessário que criem políticas públicas que sejam eficazes para que estes possam sair da condição de morador de rua.

Palavras-chave:

Indivíduo em situação de rua; políticas públicas e serviço social; rompimento de vínculos.

BATISTA, Adriana.; ALVES, Ângela Limongi Alvarenga; FURTADO, Rosyenne Silveira da Mata. **Judicialização da saúde e fornecimento de medicamentos pelo Estado**. [monografia de bacharelado – curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS, 2013.

A Constituição Federal de 1988 garante o direito à saúde como direito social fundamental. O termo saúde segundo a Organização Mundial da Saúde é o completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença, sendo então reconhecida como direito humano. O legislador ordinário, para fazer frente ao direito constitucionalmente garantido, procurou implantar um sistema público de saúde universal e gratuito, o Sistema Único de Saúde, que todavia, embate em políticas públicas deficitárias, barreiras burocráticas e econômicas que tornam quase que ineficaz a aplicação de tal direito. Dentre elas: O Princípio da Reserva do Possível, O Princípio da Proporcionalidade, e a Teoria das Normas Constitucionais de Princípios Programáticos. Diante desse cenário, verifica-se uma maior interferência do Poder Judiciário no que diz respeito à falta de efetividade por parte do Estado em programar políticas públicas adequadas, a chamada Judicialização. A principal razão para a pesquisa está na importância do direito à saúde, podendo ser vista como um autêntico direito subjetivo da pessoa humana, passível de ser exigido judicialmente, diante da inércia do Poder Público em implementar políticas adequadas e efetivas. Diante das inferências, pensa-se em um direito de todos, no dever do Estado para com toda a sociedade no que diz respeito ao fornecimento de medicação de forma gratuita.

Palavras-chave:

Direito à saúde; Judicialização; Fornecimento de medicamentos pelo Estado

LOURENÇO, Ana Paula; ALVES, Ângela Limongi Alvarenga; FURTADO, Rosyenne Silveira da Mata. **Inventário extrajudicial e acesso à justiça**. [monografia de bacharelado – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

O princípio do acesso à justiça teve origem na Constituição Brasileira de 1946 e atualmente encontra previsão na Constituição Federal de 1988, a exemplo do que prescreve o artigo 5º, inciso XXXV: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário a lesão ou ameaça a direito”. No entanto, diante da crescente demanda de ações junto ao Poder Judiciário e com a finalidade de garantir a presteza dos princípios constitucionais assecuratórios do acesso à justiça, criou-se, através da Lei 11.441/2007, o inventário extrajudicial, opção ofertada aos jurisdicionados para as hipóteses em que inexistam conflitos entre os postulantes e interesses de menores e/ou incapazes a serem tutelados. Ante a desburocratização do procedimento e, sobretudo, a possibilidade de escolha do cidadão acerca da via aplicável (judicial ou extrajudicial) inauguram-se questionamentos atinentes ao paradigma do monopólio estatal de administração da justiça e da viabilidade de implementação de uma justiça célere e equitativa, razão pela qual a pesquisa se justifica. Com o advento do inventário extrajudicial emergem reflexões acerca da viabilidade da utilização desta modalidade de inventário, as atribuições do notário, aspectos gerais do inventário, suas espécies, bem como a maneira em que inventário extrajudicial vem sendo praticado, sobretudo como mitigação do monopólio estatal de jurisdição. A diminuição considerável do tempo previsto para a conclusão do processo é facilmente constatada, pois se afastam os chamados “tempos mortos do processo”. Além disso, compreendidos os aspectos quantitativos e qualitativos inerentes ao acesso à justiça, o inventário extrajudicial faz uso dos meios de soluções amistosas de conflitos, criados com o escopo de desafogar o Poder Judiciário brasileiro. Com isso, o poder Judiciário do Brasil tende a desburocratizar a prestação jurisdicional e ampliar o acesso à justiça de maneira efetiva e progressiva, tornando-se relevante como instrumento democrático, pois promove os elementos *escolha* e *decisão* ao jurisdicionado, garantindo, outrossim, o fortalecimento da democracia e a emancipação social.

Palavras-chave:

Inventário extrajudicial; Acesso à Justiça; Democracia; Emancipação Social.

SILVA, Arthur Henrique Cardoso; VIEIRA, Paulo Engel; FURTADO, Rosyenne Silveira da Mata. **Dano moral e direito de família**. [monografia de bacharelado – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

O ramo do Direito de Família foi o que mais reclamou mudanças pós-Constituição de 1988 e, por consequência, o que mais sofreu modificações, face aos anseios e sistemática de reclamos que demandaram um posicionamento do legislador e julgador brasileiros, mormente a dignidade humana, ponto de conformação para todos os outros direitos. Assim, a família deixa de ter apenas uma função produtiva e reprodutiva e passa a ser uma entidade de afeto e de solidariedade, pautada em relações pessoais, cujo principal foco é o desenvolvimento da pessoa humana à luz dos princípios trazidos pela Constituição de 1988. O dever de indenizar deve ser visto, nas relações de família, com muito critério, posto que pela própria preservação do vínculo familiar, somente em última hipótese deverá o Poder Judiciário interferir com medidas deste cunho. Da leitura dos artigos 188 e 936 do Código Civil Brasileiro, entretanto, sabe-se que aquele que comete o ato ilícito tem o dever de indenizar. Porém parte da doutrina não aceita que a responsabilidade civil aplicada nas relações entre particulares possa ser aplicada nas relações familiares, o que divide a doutrina em favorável e desfavoravelmente, indicando ser este, um caminho com grandes desafios a serem dirimidos.

Palavras-chave:

Direito de família; Dano moral; Aplicação.

FELIPE, Bruno Aparecido; PAULA, Irene Gonçalves Martins de; FURTADO, Rosyenne Silveira da Mata. **Direcionamento em editais de licitação**. [monografia de bacharelado – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

A Lei 8666/93 e a Constituição Federal de 1988 estabelecem normas gerais para licitação e contratos no âmbito da Administração Pública, regendo o processo de escolha e respectiva contratação para com o ente público, pautado sobretudo, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Todavia, há administradores que se vinculam a uma determinada empresa, beneficiando-a em detrimento das regras licitatórias e dos princípios elencados. Nesse cenário, a formulação de editais direcionados favorece essa prática e são, sob a perspectiva do Direito Administrativo, também denominados “vícios”, que devem ser sanados imediatamente, sob a pena de nulidade de todo o procedimento licitatório ante ao favorecimento de uma única empresa. Tal prática obstaculiza a competitividade entre os licitantes, inobstante deva a Administração Pública propiciar condições de paridade na disputa entre todos os interessados. A multiplicidade de fatores e agentes envolvidos no processo de licitação, entretanto, torna árdua a tarefa de identificar e imputar com justiça responsabilidades àqueles que cometem esse ilícito no decorrer do certame. No que tange ao edital direcionado, o artigo 7º, inciso I, parágrafo 5º, da Lei 8.666/93 estabelece que “é vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório”. Já o seu artigo 15, parágrafo 7º, inciso I, estabelece que deve haver a especificação completa do bem a ser adquirido “sem indicação de marca”. Essas normativas vêm sendo fiscalizadas no âmbito dos Tribunais de Contas, mas ainda são comuns os excessos nos editais, o que representa grande desafio a ser dirimido. Nesses casos, sinaliza-se o entendimento segundo o qual, o próprio empresário, que possui o “*feeling*” da sua atividade comercial, para identificar se as regras legais estão sendo violadas, inclusive de forma implícita.

Palavras-chave:

Licitação; Edital; Direcionamento.

PEREIRA, Carlos Augusto; ALVES, Ângela Limongi Alvarenga; FURTADO, Rosyenne Silveira da Mata. **Critério de renda como condicionalidade para o que as pessoas com deficiência tenham acesso ao benefício de prestação continuada – BPC.** [monografia de bacharelado – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

A deficiência tem sido estudada por muitos teóricos ao longo dos anos, entretanto, foi somente após a II Guerra Mundial que a pessoa com deficiência passou a ser reconhecida como detentora de direitos, dado o novo *ethos* proveniente que se inseriu no âmbito das nações acerca da dignidade humana. A legislação brasileira, até a década de 1980, tinha um caráter basicamente assistencialista e paternalista, centradas no caso dos deficientes visuais, na organização do ensino e instalação de classes em *braille* e na adaptação social e reabilitação. Sendo assim, cabia à pessoa adaptar-se ao meio onde vive e não o contrário. Após a Constituição Federal de 1988 o direito das pessoas com deficiência tomou novos contornos, principalmente em razão da recepção expressa do princípio da dignidade humana no texto constitucional como norma de aplicabilidade imediata, ou seja, a sua se dá independentemente de normas regulamentadoras. Esse entendimento ao abrir caminho para o reconhecimento do direito das pessoas com deficiência firmou a necessidade de proteção e custeio desses direitos, em grande medida, pela instituição do benefício de prestação continuada (BPC). Na conclusão da presente pesquisa, foi constatado, no entanto, a discriminação oculta sofrida pela pessoa com deficiência em relação a esse benefício, consubstanciada pelo critério da renda *per capita* para fazer jus ao mesmo, o que, contradiz frontalmente, o princípio da dignidade humana, que em tese, o fundamenta.

Palavras-chave:

Deficiência, constitucionalidade, benefício e renda.

CAVALCANTE, Cristiano Castanheira; NETTO, Santos Fiorini; GODINHO, Antônio. **Delação premiada nos crimes de tráfico de drogas: uma questão de ética ou de eficácia?** [monografia de bacharelado – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

O instituto da delação premiada, previsto na lei antitóxica, preconiza que o acusado ou indiciado que tenha espontânea e voluntariamente colaborado com a investigação ou processo criminal pode ser beneficiado com a redução de um a dois terços da pena ou mesmo a obtenção do perdão judicial, desde que preenchidos os requisitos legais de ordem subjetiva e objetiva. Trata-se de um estímulo dado pelo Estado, em busca da verdade processual. Embora não tenha um cunho totalmente ético, a delação premiada, em grande medida, se faz necessária, diante do notório crescimento da criminalidade organizada e das inúmeras deficiências do Estado para investigar e punir. Por outro lado, esse instituto tem se demonstrado muito mais como um paliativo emergencial para a realidade do sistema penal brasileiro já que vem sendo deturpado e utilizado antes de outras possibilidades de investigação, o que se mostra problemático, representando um desafio a ser dirimido na persecução penal e na busca pela paz social.

Palavras-chave:

Delação premiada; aplicabilidade; ética; eficácia.

DIAS, Douglas Rodrigo; ALVES, Daniel Limongi Alvarenga; FURTADO, Rosyenne Silveira da Mata. **A (Des)criminalização do uso de drogas no Brasil**. [monografia de bacharelado – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

O termo droga tem origem na palavra *drogg*, proveniente do holandês antigo. O significado do termo é folha seca, pelo fato de que antigamente quase todos os medicamentos utilizavam vegetais em sua composição. Hoje, o termo droga, segundo a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), abrange qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento. Na atualidade, especialistas, médicos, acadêmicos, operadores do Sistema de Saúde e de Justiça, além de ativistas questionam a política atual sobre as drogas sustentada no “proibicionismo”. Em maio de 2012, uma Comissão de Juristas do Senado aprovou o Projeto de lei para fins de descriminalização do uso de drogas no Brasil. Em consequência, a conduta antes descrita no antigo art. 16 da Lei 6.368/76 e atualmente no art. 28 da Lei 11.343/06, deixaria de configurar crime. Discute-se se haveria descriminalização ou despenalização do uso de substâncias entorpecentes no Brasil.

Palavras-chave:

Uso de drogas; Criminalização; Despenalização.

TRINDADE, Giuney Elias; CARVALHO, Dimas Messias; FURTADO, Rosyenne Silveira da Mata. **Guarda compartilhada e adversidade da dissolução conjugal**. [monografia de bacharelado – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

As frequentes rupturas conjugais ocorridas na atualidade trazem consigo um grande problema, a guarda dos filhos. A guarda compartilhada, principal objeto do estudo, visa a garantia de igualdade entre os pais na condução de educação, convívio e participação ativa na vida de seus filhos, que surgiu com a finalidade de suprir as deficiências das outras espécies em especial a unilateral. Assim, mister se faz avaliar as discussões demandadas quanto as vantagens e prejuízos aos filhos, por quebrar as referências de continuidade do menor, baseando-se nos elementos da convivência e da responsabilidade parental compartilhada entre os pais.

Palavras-chave:

Guarda compartilhada; adversidades.

SILVA, Leandro Rosa Ferreira; RESENDE, Glicia Paula; FURTADO, Rosyenne Silveira da Mata. **Crimes de trânsito, embriaguez ao volante: a nova política de “tolerância zero” no Brasil.** [monografia de bacharelado – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

Diante do aumento considerável dos acidentes envolvendo veículos automotores, com vítimas, foram necessárias alterações na legislação com o intuito de coibir mortes e outras consequências dos acidentes causados por motoristas bêbados. Um dos primeiros regulamentos voltados para esta mistura de bebidas alcoólicas com direção foi o Decreto-Lei n. 2.994, de 28 de janeiro de 1941, no seu artigo 104. Houve certo avanço no que tange ao combate à direção sob o efeito da embriaguez alcoólica, que nada mais é do que o consumo altamente exagerado de bebidas alcoólicas pelo indivíduo. Noutro norte, a comprovação da embriaguez remete ao teste de alcoolemia através do etilômetro, ou seja, o próprio condutor deveria se submeter a um teste o qual comprovará, ou não, seu estado de embriaguez. Todavia, não se pode compelir alguém a se submeter ao teste para se autoincriminar, mas diante da não concordância o único meio capaz de comprovar a embriaguez estabelecida em lei, é o exame laboratorial de sangue, outro meio de autoincriminação, o que se mostra problemático. Partindo-se da premissa de que é fundamental uma política de trânsito preventiva, estável e contínua, a pesquisa aponta por uma imprescindível mudança sociocultural entre o homem e o trânsito. É necessária a conscientização de todos para uma alteração efetiva, capaz de reduzir a atual realidade que assola a segurança viária brasileira.

Palavras-chave:

Crimes de trânsito; Embriaguez; “Tolerância zero”.

CARDOSO, Marcelo; CAMPOS, Gianni Carla F. Maias; FURTADO, Rosyenne Silveira da Mata. **Comércio eletrônico e a da defesa do consumidor brasileiro**. [monografia de bacharelado – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

Desde a década de 1990, há um espaço novo de comércio com os consumidores, que é a internet, as redes eletrônicas e de telecomunicações de massa. Trata-se do denominado “comércio eletrônico”, comércio entre fornecedores e consumidores realizados através de contratações à distância, que são conduzidos por meios eletrônicos (e-mail etc.), por internet (on-line) ou por meios de telecomunicações de massa (telemarketing, TV, TV a cabo etc.), sem a presença física simultânea de dois contratantes no mesmo lugar, e sim à distância. Diante desse novo cenário comercial, o comércio eletrônico surgiu com a inovação desses processos de negociação em vários setores econômicos atingindo milhões de consumidores, com essa nova realidade, uma nova forma de realizar negócios, de usar a tecnologia e de construir empresas. Sobre esse novo aspecto de comércio, será analisado o Projeto de Lei do Senado Federal 281/2012 que cria uma nova seção na Lei nº 8.078/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) para tratar de comércio eletrônico. As novas regras que tratam da divulgação dos dados do fornecedor, da proibição de *spams*, do direito de arrependimento da compra e das penas para as práticas abusivas contra o consumidor, reafirmam a proteção ao consumidor, dada a vulnerabilidade do mesmo.

Palavras-chave:

Comércio eletrônico; Direito do consumidor.

LIMA, Maria de Fátima Belchior; ALVES, Daniel Limongi Alvarenga; FURTADO, Rosyenne Silveira da Mata. **Limites entre a tipificação dos crimes de exposição ou abandono de recém-nascido e homicídio tentado sob a influência midiática.** [monografia de bacharelado – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

A atual redação do Código Penal tipifica como crime a conduta humana de expor ou abandonar recém-nascido para ocultar desonra própria na circunstância majorante da pena se o fato resultar em morte. Neste sentido, estabelecer os limites entre a exposição ou abandono de recém-nascido e o crime de homicídio tentado de pessoa menor de 14 anos, exige uma singular explanação sobre os elementos que compõe tais delitos. De se ressaltar ainda que com a evolução tecnológica vivenciada atualmente, estes crimes são comumente relatados e veiculados através da mídia, em particular, televisionada, o que é problemático de considerados aspectos como o direito à vida da criança, a exposição da mãe e a influência da mídia no julgamento desses crimes.

Palavras-chave:

Crime de exposição ou abandono de recém-nascido; Homicídio tentado; Influência midiática.

MARTINS, Patrícia Almeida; ALVES, Daniel Limongi Alvarenga; FURTADO, Rosyenne Silveira da Mata. **Aspectos controvertidos sobre a redução da maioridade penal.** [monografia de bacharelado – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

Determinada pelo marco biológico, a maioridade penal, caracteriza-se pelo discernimento completo que a pessoa passa a ter de seus atos, tendo a plena consciência e entendimento do que é um fato criminoso e as suas consequências. Dessa forma, quando se atinge a maioridade penal, presume-se que sua capacidade mental esteja totalmente desenvolvida podendo, portanto, ser responsabilizado penalmente por seus atos. A redução da maioridade penal é tema há muito discutido no cenário brasileiro, dando azo a convergências e divergências. Surgem algumas questões polêmicas sobre a questão, principalmente se a referida redução influiria direta e eficazmente sobre os índices de criminalidade, bem como quais seriam os aspectos positivos e negativos de tal medida, estes constatados no fim da pesquisa.

Palavras-chave:

Maioridade penal; Redução; Aspectos controvertidos.

GIBRAM, Paulo Edson Bolina Neto; FIORINI NETTO, Santos; FURTADO, Rosyane Silveira da Mata. **Direitos do preso em execução penal e método APAC.** [monografia de bacharelado – Curso de Direito]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

A Lei de Execução Penal Brasileira (LEP) é uma das mais avançadas do mundo. A realidade brasileira, contudo, mostra-se bem diferente. O indivíduo condenado com sentença transitada em julgado terá sua pena executada em presídio, penitenciária, ou Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), esse, por sua vez, conta com procedimentos e metodologias próprias. Esse modelo tem crescido e já se encontra presente em vários países nos diversos continentes. Como a ressocialização – digna – é o objetivo social da LEP, o método APAC se mostra relevante por contar com um conjunto de atores que participam do processo de recuperação e ressocialização do condenado, tais como o próprio Estado, operadores do direito e sociedade, levantando importantes questionamentos acerca da prática da Execução Penal no Brasil.

Palavras-chave:

Direitos do preso; Execução penal; Método APAC.

PEREIRA, Rodrigo da Silva; NETTO, Santos Fiorini; GODINHO, Antônio. **O Ministério Público e a investigação criminal**. [monografia de bacharelado]. Campo Belo: Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS; 2013.

Incumbe ao Ministério Público defender o patrimônio nacional, o patrimônio público e social o que inclui o patrimônio cultural, o meio ambiente, os direitos e interesses da coletividade e interesses individuais indisponíveis, atuando ainda no controle externo da atividade policial. O art. 127, *caput*, da Constituição da República, é claro ao assegurar as funções do Ministério Público: instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Em virtude da nova postura conferida ao Ministério Público através da Constituição Federal de 1988, o órgão passou a atuar efetivamente no combate a corrupção e criminalidade, e com o intuito de elucidar tais práticas ilícitas, passou a realizar diligências investigatórias criminais. De acordo com a CF/1988 o Ministério Público foi imbuído na defesa dos valores mais importantes, quais sejam a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses individuais indisponíveis e da defesa dos interesses sociais. Dentre os direitos sociais, encontra-se a segurança, de modo que, não há dúvida, que seja de interesse social a coibição e repreensão de práticas criminosas. Ficou a cargo do Ministério Público a privatividade da ação penal pública e para formar sua *opinio delicti*, também lhe foi atribuída a possibilidade de investigar fatos. Muito se debate, todavia, se a investigação sobre ilícitos compete ao Ministério Público ou à Polícia Judiciária, o que convola discussões e representa um desafio ao processo penal da atualidade.

Palavras-chave:

Investigação criminal; Ministério Público; Interesses da coletividade.

